

10/04/2019

## A FORÇA DO MOVIMENTO SOCIAL NO BANIMENTO DO AMIANTO NO BRASIL

### René Mendes

[Médico e Professor. Diretor Científico da ABRASTT  
(Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora)]

Havendo sido distinguido pelo convite de Fernanda Giannasi para elaborar uma resenha do livro “*Eternidade - A Construção Social do Banimento do Amianto no Brasil*”, que será lançado em 26 de abril, inicialmente em São Paulo, coube-me o privilégio de acessar o texto original.

A partir do livro, lido de antemão, e de uma resenha mais alentada, tento fazer, aqui, uma ‘resenha da resenha’, mesclada com comentários pessoais, próprios da natureza desta coluna de *Opinião*. Também, por eu ser parte - ainda que mais na retaguarda - desta ‘história social’, de uma típica e linda ‘construção social’, cujo maior protagonista foi e ainda é o ‘movimento social’, termos alinhados com os conceitos de Pierre Bourdieu e Peter Burke, entre outros.

Esta história culmina (mas não termina) em dezembro de 2017, com o banimento do amianto no Brasil, decretado pelo Supremo Tribunal Federal. Escrito pela talentosa jornalista Marina Moura e prefaciado pela jornalista Eliane Brum, o livro é uma iniciativa da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea), com o apoio do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat), do Ministério Público do Trabalho (MPT) e *International Ban Asbestos Secretariat* (IBAS). Será publicado em coedição pela Machado Editorial e Amarelo-grão.

O texto busca retratar a história dos 25 anos de luta das associações pelo banimento do amianto no Brasil, a partir das vozes dos atores sociais que a construíram. A primeira parte de seu intrigante título “*Eternidade*” evoca ao mesmo tempo uma aspiração ousada de quem conhecia a etimologia da palavra *asbesto* (em grego ‘indestrutível’, ‘inextinguível’, ‘imortal’), com o termo latino “*aeternitas*”, isto é, ‘sem fim’, ‘eterno’, de onde a patente ‘*Eternit*’ para o fibrocimento (1901).

Um produto durável e resistente. Muito cedo, porém, o asbesto (ou amianto) mostrou ser um terrível produtor de doença, sofrimento e morte de trabalhadores e trabalhadoras.

Com efeito, seis anos após o patenteamento do fibrocimento ‘eterno’, já era descrita a grave doença profissional batizada como “asbestose pulmonar” (Murray, 1907).

Na década de 1920 já se sabia quase tudo sobre a “asbestose” que matava trabalhadores e trabalhadoras. Na década de 1930, o mundo ocidental capitalista já sabia, também, que o uso da fibra de asbesto causava câncer pulmonar (Gloyne, 1935; Lynch & Smith, 1935), como, também, já se começava a associar o amianto ao tumor de pleura, altamente letal, denominado mesotelioma maligno (Gloyne, 1933), confirmado em 1960 (Wagner e colaboradores). Como bem analisa Marina Moura, quando muito – quase tudo – já era conhecido sobre a patogenicidade do asbesto, instalava-se no Brasil, na década de 1930, a atividade de extração mineral, primeiro na Fazenda São Félix, em Poções (BA), hoje Bom Jesus da Serra.

Exaurida a ‘extração da mais valia’ daquelas minas, e feito o estrago ‘eterno’ nas vidas das pessoas e do meio ambiente, a atividade extrativa foi transferida para a Serra de Canabrava, em Minaçu (GO), onde está até hoje. O corpo principal da história da construção social do banimento do amianto no Brasil privilegia a história do *movimento social*, que foi sendo edificado a partir das vítimas diretas da exposição às poeiras de amianto - trabalhadores e trabalhadoras. Vítimas porque foram ‘expostas’; vítimas porque se tornaram ‘adoecidas’; vítimas porque morreram em decorrência da doença, causada pela exposição, causada pela negligência e impunidade de quem gerou o risco, gerou a doença, gerou a morte, e negou ‘até o fim’! Não foram ‘infortúnios’, e sim, ‘tragédias anunciadas’, daí o dolo. Tipicamente aquilo que a Saúde Pública rotula como ‘doenças evitáveis’, ‘mortes evitáveis’. Evitável porque já se sabia de antemão que a exposição ao amianto provoca adoecimento e morte. E que o decantado “uso seguro” era inseguro, posto que inexistente; e que o propalado “uso controlado” era descontrolado, posto que amplamente socializado na cadeia produtiva e de consumo do amianto e de seus produtos. Mas o *movimento social* foi também construído por vítimas que se tornaram viúvas e viúvos, órfãos e outros atingidos pela perda de seus entes queridos. O livro conta, de maneira instigante e sempre valorizando fontes e vozes dos aparentemente ‘vencidos’, que o movimento social começou a se estruturar há, aproximadamente, 25 anos, a partir da criação da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea), em Osasco (SP), no ano de 1995. Mais da metade da obra analisa a história das associações de vítimas, em ordem cronológica: depois de Osasco, São Caetano do Sul (SP); Rio de Janeiro; Bahia; Paraná; Pernambuco; Bom Jesus da Serra (BA), Londrina e Pedro Leopoldo (MG). A autora resume, ao final da obra, seu modo de ver esta construção social: “ao longo das décadas, quanto mais esclarecimentos sobre os males derivados da exposição do amianto se faziam conhecidos e eram divulgados, mais as vozes dos expostos ao amianto cresciam, até formarem coro. Começaram então a aparecer as pessoas por trás das vozes, cada vez mais engajadas em associações de combate ao amianto que, a partir dos anos 90, foram surgindo por todo país. A essas associações, somaram-se esforços de campos diversos. Ministério Público do Trabalho; sindicatos comprometidos com a segurança e saúde dos trabalhadores em seus locais de trabalho; ativistas sociais; ambientalistas; médicos, sobretudo ligados a doenças pulmonares ocupacionais; acadêmicos e pesquisadores das doenças do trabalho; juristas e advogados.” O livro inclui uma lista nominal de vítimas do amianto no Brasil, o que, por si só, fala mais alto do que todas as vozes citadas pela autora. Quero crer que uma história que começou a ser contada por ‘vencidos’ transformou-se, graças ao talento de Marina Moura, numa história que pode ser hoje contada por ‘vencedores’! ■■■

*OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.*